

14 NOV 1980

Manifesto que não sai pedé 4 NOV 1980 14 NOV 1980 "pacto histórico"

Embora programado há dias as classes trabalhadoras ao deses- pelos principais partidos de oposição. PMDB, PP e PDT o ato de lançamento da campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ontem, na Câmara, acabou não acontecendo. Ausentes os presidentes dos partidos, o acontecimento acabou resumido a uma entrevista, tendo os líderes do PMDB e do PDT debitado o fiasco à recusa do PP em assinar o documento justificando a necessidade de se convocar a Nação para um pacto histórico capaz de unir as forças vivas da nacionalidade na conquista do Estado de Direito.

Antônio Mariz, vice-líder do PP, alegou que, em tese, o partido concordava com a campanha e que o documento não foi assinado por falta de tempo para uma consulta à Executiva partidária. O PP, contudo, não participou da comissão que redigiu o documento, embora tenha designado o deputado Jorge Moura (RJ) para representá-lo. O "Manifesto" que seria lançado à Nação foi redigido pelo deputado Heitor Alencar Furtado, pelo PMDB, e pelo professor Paulo Timm, pelo PDT. Thales Ramalho, líder do PP, segundo Alencar Furtado, deu sua colaboração. Diante dos jornalistas, no Comitê de Imprensa da Câmara, o líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, procurou, no entanto, resguardar a posição do PP, acentuando que o "Manifesto", depois de reunião entre as lideranças partidárias, serviria de "subsídios" para pronunciamentos a serem feitos, a partir de hoje, da tribuna da Câmara e das assembleias legislativas e câmaras municipais, sustentando que "a Constituinte é a solução democrática para o impasse político criado por um regime apoiado no arbítrio e submisso a interesses externos".

O MANIFESTO

O manifesto que seria lançado ontem tem o seguinte teor:

"Neste 15 de novembro o povo deveria votar para eleger prefeitos e vereadores pelo voto direto e secreto. Mas o governo, temendo os resultados, proibiu, mais uma vez, sua participação na vida política brasileira. Impôs a prorrogação dos mandatos municipais, lesou as instituições e violou a vontade popular. Alterou as regras do jogo que ele próprio traçou para continuar controlando a Nação.

A nossa manifestação é de repúdio e de protesto contra essa violência que traduz o procedimento autocrático e desestímulo das esperanças de democratização do País.

O sofrimento nacional já se arrasta por muitos anos, mas a cada momento as forças populares redobram sua resistência. O povo brasileiro anseia pela reconstrução democrática na conjugação comum dos esforços de todas as correntes de opinião pública. Os trabalhadores intensificam sua luta nos sindicatos, a União Nacional dos Estudantes reorganiza-se, as entidades profissionais se reafirmam, os movimentos sociais de base se fortalecem.

As oposições, ontem, como hoje, agredidas e cercadas de restrições por todos os lados, retemperam-se na luta e expõem-se a novos sacrifícios, manifestando sua confiança na História, que está ao nosso lado e na vocação do Brasil para a legalidade democrática que estamos certos de interpretar.

Convocamos, por isto mesmo, a Nação para um pacto histórico capaz de unir as forças vivas da nacionalidade na conquista do Estado de Direito. Através desse pacto, que reflete as aspirações da sociedade, poderemos restabelecer o poder em sua fonte legítima que é o povo.

A conquista da plenitude democrática não poderá ser outorgada pela vontade dos detentores do poder, mas haverá de ser decisão do povo que já não suporta mais o regime discricionário. E só há uma forma de obtê-la: chamá-lo às urnas através de uma ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, livre e soberana.

Só assim poderemos superar o impasse institucional que abala a Nação. Só assim estaremos à altura da nossa condição de povo civilizado, de nossos compromissos com os oprimidos e espoliados. Só assim se inicia o diálogo nacional, para o qual todos, sem exceção, deverão ser convocados.

A Constituinte assegurará a prática do princípio universal de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, uma vez que nos últimos 16 anos todo o poder emana da força e contra o povo é exercido.

A Constituinte restaurará a ordem institucional do País, a livre organização dos partidos políticos, democratizando o direito de greve, a estrutura sindical, o uso dos meios de comunicação e as liberdades públicas, fulminando a legislação de exceção.

A Constituinte garantirá a todos os setores da sociedade que expressem seus interesses e projetos para que se construam os instrumentos de defesa nacional e popular.

A Nação violentada ainda está submetida ao Estado autoritário.

A soberania popular, tantas vezes mutilada, há muito deixou de ser a fonte legítima do poder.

O Governo retrogradou às formas oligárquicas.

A realidade aí está. Aprofundase a crise econômica e social. O País, já dominado pelas multinacionais, vê-se ameaçado de passar à humilhante e inaceitável tutela do Fundo Monetário Internacional. A dívida externa aumenta incontrolavelmente. Os preços disparam. Os salários achatados são corroídos pela inflação que passa de 100% ao ano. O feijão, a carne, o leite, desaparecem da mesa do trabalhador. No campo, cresce, assustadoramente a legião dos famintos. Nos viveiros de miséria das grandes cidades, a luta pela sobrevivência, o subemprego, o desemprego e a fome, conduzem

A Constituinte legitimará pelo voto do povo a autoridade do poder, encerrando o capítulo das nomeações indecorosas inclusive de governadores incompetentes.

A Constituinte dotará o País de uma política protetora dos interesses nacionais, esmagados pelas multinacionais e seus aliados internos.

A Constituinte possibilitará a reforma agrária e a prevalência do trabalho sobre o capital, ampliando as conquistas populares em busca da justiça social.

A Constituinte é a solução democrática para o impasse político criado por um regime apoiado no arbítrio e submisso a interesses externos.

A Constituinte é luta contra a fome e a opressão e sinônimo de democracia e liberdade.

E, enfim, a Constituinte um pacto de todos os brasileiros em favor do Brasil.

ANC 88
Pasta 80/81
094/1980